DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 8001/2020

PROCESSO TC/MS	: TC/6621/2018
PROTOCOLO	: 1908412
ÓRGÃO	: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)	: JORGE OLIVEIRA MARTINS
TIPO DE PROCESSO	: BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
RELATOR	: Cons. WALDIR NEVES BARBOSA

BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - REQUISITOS LEGAIS ATENDIDOS - PROVENTOS PROPORCIONAIS - REGISTRO.

Vistos, etc.

Em exame, o ato concessão de **Aposentadoria por Invalidez** concedida pela **Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul** à **Servidora Carmen Carrenho**, inscrita no **CPF sob o n.º 058.764.578-41**, titular do Cargo de Agente de Atividades Educacionais.

No transcorrer da instrução processual, após proceder à análise dos documentos que compõem o feito, a Divisão Especializada, "**ANA - DFAPP – 4902/2020"** fls. 46-47, e o Representante do Ministério Público de Contas, "**PAR - 4ª PRC – 6541/2020"** fl. 48, manifestaram pelo **registro** do Benefício Previdenciário em apreço, à medida que foram cumpridas todas as exigências regimentais e legais pertinentes.

É o relatório.

Cumpridos os pressupostos processuais, estando regularmente instruído, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 11, II, e art 112, III do

Regimento Interno desta Corte de Contas.

Compulsando os autos e os documentos que os instruem, verifico que o benefício – Aposentadoria por Invalidez – foi concedida em conformidade com a legislação pertinente, sendo que a servidora preencheu todos os requisitos necessários à concessão da aposentadoria.

Os proventos a perceber na inatividade foram fixados proporcionais, calculado em conformidade com as normas constitucionais e legais, sendo que as parcelas estão corretamente discriminadas em Apostila de Proventos (fl. 42), com fulcro no art. 35, caput, da Lei 3.150/2005 c/c art. 1º da Emenda Constitucional n. 70/2012 , atos que conduzem ao registro da aposentadoria.

Mediante ao exposto, **DCIDO** nos seguintes termos:

I. **REGISTRO** da **Aposentadoria por Invalidez** concedida pela **Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul** à **Servidora Carmen Carrenho**, inscrita no **CPF sob o n.º 058.764.578-41**, conforme Portaria "P" n. 737/2018, publicada no Diário Oficial n. 9656, em 16/05/2018, com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar n° 160/2012;

II. **REMESSA** dos autos ao Cartório para **INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012, e encaminhamentos de que trata o art. 187, § 2º e § 3º, II, "a", do RITC/MS.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 13 de abril de 2021.

WALDIR NEVES BARBOSA
GAB. CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

GLX